

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence

CNPJ: 61.699.567/0012-45

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30.04.2021.

São Paulo, 28.02.2021. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro			Valores em Reais		
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Ativo Circulante	145.167.272,79	225.991.951,48	Passivo Circulante	158.059.601,23	225.606.027,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.882.857,58	4.954.355,39	Fornecedores (notas 3.9)	5.928.561,55	5.831.029,36
Bancos conta movimento (nota 3.1)	15.340,80	13.641,89	Serviços de Terceiros	-	-
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	12.867.516,78	4.940.713,50	Pessoa Física/Jurídica (notas 3.10)	4.443.530,45	9.852.566,35
Contas a Receber (Nota 3.3)	126.046.883,81	218.316.452,62	Salários a pagar (notas 3.11)	5.527.576,59	4.982.929,06
Valores a Receber – Prefeitura Municipal São José Campos (nota 3.3.2)	112.221.956,40	191.192.496,55	Contribuições a recolher (notas 3.12)	1.618.556,65	1.531.620,78
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	13.824.927,41	27.123.956,07	Provisão de férias (notas 3.13)	10.748.666,73	9.809.886,87
Outros Créditos (Nota 3.4)	1.227.954,40	1.185.644,90	Provisão de FGTS sobre férias (notas 3.13)	859.892,82	784.282,92
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	532.766,03	524.537,33	Estimativa de Rescisão Contratual (notas 3.7)	1.197.459,66	-
Depósito judicial (nota 3.4.2)	525.988,90	265.819,00	Impostos a recolher (notas 3.14)	1.644.498,60	1.610.225,19
Adiantamentos (nota 3.4.3)	169.199,47	395.288,57	Obrigações Tributárias (notas 3.15)	337.949,66	462.927,02
Despesas Pagas Antecipadamente	8.352,78	9.544,68	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (notas 3.16)	378.416,05	372.441,06
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	8.352,78	9.544,68	Acordo Trabalhista a Pagar (notas 3.17)	51.438,10	289.118,02
Estoques	5.001.224,22	1.525.953,89	Convênios Públicos a Realizar (notas 3.18)	123.209.656,70	186.843.742,72
Estoque Materiais	-	-	Outras Contas a Pagar (notas 3.19)	2.113.397,67	3.235.258,25
Medicamentos Nutrição (nota 3.6)	5.001.224,22	1.525.953,89	Passivo não Circulante	8.188.101,75	141.396.343,00
Ativo não Circulante	7.781.401,53	141.010.419,12	Provisão de Despesa	-	-
Contas a Receber	-	135.119.690,25	Processo Trabalhistas (nota 3.21.1)	406.700,22	385.923,88
Valores a Receber – Prefeitura Municipal São José Campos	-	111.528.956,40	Obrigações - Bens	-	-
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.7)	-	23.590.733,85	Móveis de terceiros (nota 3.8)	24.074.150,12	20.922.994,25
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	7.781.401,53	5.890.728,87	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (nota 3.8.1)	(16.292.748,59)	(15.032.265,38)
-Bens Móveis (Nota 3.8)	24.074.150,12	20.922.994,25	Valor Estimado Rescisão de Contrato (notas 3.7)	-	23.590.733,85
Ajuste vida útil - bens terceiros - (Nota 3.8.1)	(16.292.748,59)	(15.032.265,38)	Convênios Públicos a Realizar (notas 3.18)	-	111.528.956,40
Total do Ativo	152.948.674,32	367.002.370,60	Patrimônio Líquido	(13.299.028,66)	-
Demonstrações Contábeis Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro	Demonstrações Contábeis Comparativo das Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro				

Descrição	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido (13.299.028,66)	-	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	92.269.568,81	(79.604.724,06)
(Aumento) Redução Outros Créditos	135.077.380,75	(135.388.197,59)
(Aumento) Redução Despesa Antecipada	1.191,90	(0,07)
(Aumento) Redução em estoques	(3.474.292,27)	499.115,78
Aumento (Redução) em fornecedores	(5.311.503,71)	(283.411,39)
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contrato Gestão	(198.753.776,27)	240.011.288,99
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.418.961,64	(22.702.337,58)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	1.890.672,66	279.031,65
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	9.819.174,85	2.810.765,73
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	(1.890.672,66)	(279.031,65)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(1.890.672,66)	(279.031,65)
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	7.928.502,19	2.531.734,08
No início do período	4.954.355,39	2.422.621,31
No final do período	12.882.857,58	4.954.355,39

Descrição	2020	2019
1 - Receitas	258.400.607,81	223.514.351,95
1.1) Prestação de serviços	213.337.882,38	190.360.420,07
1.2) Outras Receitas	8.793.911,06	208.658,11
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	36.268.814,37	32.945.273,77
2 - Insumos Adquiridos e Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	97.947.643,45	81.269.855,25
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	31.394.078,39	25.197.207,75
2.2) Materiais, Energia, Serviço de terceiros e outros	63.326.356,61	53.546.794,04
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	3.151.155,87	1.381.431,13
2.4) Outros	76.052,58	1.144.422,33
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	160.452.964,36	142.244.496,70
4 - Retenções	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	160.452.964,36	142.244.496,70
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	49.477,58	340.571,23
6.1) Receitas financeiras	49.477,58	340.571,23
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	160.502.441,94	142.585.067,93
8 - Distribuição do Valor Adicionado	160.502.441,94	142.585.067,93
8.1) Pessoal e encargos	116.375.248,11	102.478.589,21
8.2) Impostos, taxas e contribuições	14.134,67	21.922,13
8.3) Juros	868,59	1.098,31
8.4) Aluguéis	7.843.376,20	7.138.184,51
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	36.268.814,37	32.945.273,77

Descrição	Patrimônio		Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Superávit/(Déficit) Acumulado do Exercício		Total
	Nota	Social		Patrimonial	Acumulado	do Exercício		
Afilios	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores – Efeitos das mudanças dos critérios contábeis (Nota 3.22)	-	-	-	-	-	(13.299.028,66)	-	(13.299.028,66)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-	(13.299.028,66)	-	(13.299.028,66)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence é referência em assistência hospitalar de média alta complexidade, com ênfase em urgência e emergência na cidade de São José dos Campos-SP, Região Vale do Paraíba e Litoral Norte. Sendo patrimônio hospital público, cumpre a todos zelar, preservar e defender os Pacientes, seu atendimento é gratuito e 100% SUS. Em 25 de Julho de 2006 foi firmado parceria entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP e a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, objetivando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Municipal Dr. Jose de Carvalho Florence, através do contrato de gestão nº 15.526/2006, com a vigência de cinco anos. Após concluir que a SPDM alcançou todos os objetivos e metas estabelecidas no contrato anterior, em 25 de Julho de 2011 firmou nova parceria através do contrato gestão nº 24.900/2011, com a vigência de cinco anos. Em 25 de Julho de 2016 firmou em caráter excepcional o aditamento para prorrogação do contrato gestão 24.900/2011 com vigência de um ano. Em 25 de Julho 2017 através processo digital nº 45004/2017 foi firmado novo contrato de gestão nº 265/2017 com vigência de dois anos, dando continuidade a serviços realizados e atendendo todas as expectativas proposta pela Prefeitura de São Jose dos Campos/SP. Em 25/07/2019 foi assinado o 4º Termo de Aditamento do Contrato nº 265/2017 com vigência de 24 meses. Neste Termo Aditamento foi alterado a cláusula quinta, item 5.1 com o seguinte texto: “Em razão da substituição do provisionamento de valores rescisórios pela sucessão e sub-rogação, nos termos do decreto nº 18.188/19, fica alterado o Parágrafo Quarto, da Clausula Sétima do Contrato de Gestão”. Em 2020 foram assinados seguintes Termos Aditivos: 4º Termo Aditivo ao Contrato 265/2017, tendo por objeto a prorrogação de vigência e valor do repasse público do contrato de Gestão, e adaptação do provisionamento das verbas rescisórias, no valor de R\$ 382.384.993,20 (Trezentos e oitenta e dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos); 6º Termo Aditivo ao Contrato 265/2017, tendo por objeto Aquisição de equipamentos e instrumentos, revitalização do box de emergências e infraestrutura/Contêiner “Programa Câncer de intestino”, no valor de R\$ 435.871,02 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e dois centavos); 7º Termo Aditivo ao Contrato 265/2017, tendo por objeto aquisição de objetos cirúrgicos para especialidade Otorrinolaringologia, acréscimo de cirurgias nas áreas Colocistectomia, Colocistectomia Videolaparoscópica e Laqueadura Tubária e implantação de área exclusiva COVID-19, no

valor de R\$ 13.258.323,67 (Treze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos); 8º Termo Aditivo ao Contrato 265/2017, tendo por objeto a prorrogação das atividades relacionadas ao atendimento COVID-19, aquisição de equipamentos médicos e hospitalares, mobiliários e adequações estruturais do setor exclusivo para atendimento COVID-19, compensação de doações recebidas e Transferência do Pronto Atendimento Infantil, Internações Pediátrica e UTI Pediátrica, no valor de R\$ 14.585.532,10 (Quatorze milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e dez centavos); e o 9º Termo Aditivo ao Contrato 265/2017, tendo por objeto a prorrogação dos Termos Aditivos nº 07 e 08, aquisição de equipamentos médicos hospitalares, no valor de R\$ 11.673.792,60 (Onze milhões, seiscentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos). Em 2020 também foi assinado Convênio 08/2020 UBS Tatubeta, cujo objeto é o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em consonância da política de saúde da UBS, a vigência de 06 meses com valor de R\$ 1.911.474,64 (Um milhão, novecentos e onze mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos); em Outubro/2020 foi renovado através do Termo Aditamento nº 02 com prorrogação de mais 06 meses no valor de R\$ 1.911.474,64 (Um milhão, novecentos e onze mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos). **Inovações:** 2006 – Entrega do Prédio de Ambulatórios, Anexo Administrativo e Anfiteatro; 2008 – Entrega do Prédio de Pronto Atendimento; 2013 – Entrega UTI Adulto e Expansão da Cabine Primária; 2013 – Entrega da Sala “Vermelha” – 06 leitos; 2014 – Entrega da nova UTI Neonatal; 2015 – Ampliação do número de leitos com a inclusão de mais uma enfermaria de 41 leitos; 2016 – Inauguração do Ambulatório da Mulher; 2017 – Conclusão da entrega do setor de imagem reformado, com duas salas de raio-x fixo e duas salas de tomografia; 2018 – Realização de atividades relativas ao tratamento de pacientes com glaucoma, incluindo consultas e a dispensação de colírios - 2019 – Ampliação do Centro Obstétrico e implantação da Sala de Trauma no Pronto Socorro Adulto. 2020 Estruturação da unidade de Saúde para combate a Covid/19, com equipamentos e profissionais de saúde para enfrentamento da Pandemia. **Estrutura de Atendimento:** O Hospital possui leitos de internação (Clínicos, cirúrgicos e maternidade), unidade de terapia intensiva (Adulto, pediátrica e neonatal), centro cirúrgico e um centro obstétrico com foco no atendimento as gestantes de alto risco. Conta também com Pronto Socorro adulto, infantil e Ambulatório para consultas e exames. **Segurança e Qualidade:** A política de gestão da qualidade tem por objetivo avaliar, medir e readaptar sistematicamente os processos, de forma a garantir a melhoria contínua e Segurança a Assistência prestada. Em Junho/2016 o Hospital conquistou o certificado de acreditação, homologado pela ONA – Organização Nacional de Acreditação. A acreditação é um sistema de avaliação da qualidade dos serviços de saúde. **1. Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adota-

Demonstrações Contábeis Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro			Valores em Reais		
Receitas (Nota 4)	2020	2019	Receitas Operacionais com Restrições	2020	2019
Receitas Bruta com Restrições de Serviços com Restrições	249.606.696,75	223.305.693,84			
Prefeitura São Jose Campos - Resolução TG 07 (R2): (nota 4.1)	213.296.412,17	189.190.640,09			
Outras Receitas (nota 4.3)	-	1.021.933,95			
Isenção usufruída (nota 5.1)	36.268.814,37	32.945.273,77			
Trabalhos Voluntários (nota 6)	41.470,21	147.846,03			
(-) Receita com Restrições	249.606.696,75	223.305.693,84			
(+) Outras Receitas com Restrições	8.843.388,64	549.229,34			
Outras Receitas (nota 4.1.3)	2.380.145,47	203.477,26			
Descontos Recebidos (nota 4.1.2)	49.477,58	338.789,67			
Doações Recebidas (nota 4.1.4)	6.413.765,59	5.180,85			
Financieira (nota 4.3)	-	1.781,56			
(-) Receita Líquida com Restrições	258.450.085,39	223.854.923,18			
(-) Custos Serviços Prestados com Restrição (Nota 5)	218.542.684,09	190.048.095,63			
Serviços - Pessoal Próprio	98.569.263,92	87.016.312,10			
Serviços - Terceiros Pessoa Física	-	14.983.065,55			
Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	61.119.312,89	35.131.581,39			
Manutenção e Conservação	-	2.777.779,44			
Mercadorias	31.394.078,39	25.197.207,75			
Custos de Bens Permanentes	1.146.927,41	476.694,83			
Trabalhos Voluntários (nota 6)	39.552,12	145.691,10			
Isenção usufruída (nota 5.1)	26.263.416,11	24.319.763,47			
Tributos	10.133,25	8,01			
(=) Superávit ou Déficit Bruto com Restrições	39.907.401,30	33.806.827,55			
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 5)	39.907.401,30	33.806.827,55			
Serviços - Pessoal Próprio	17.764.513,98	15.312.276,15			
Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	8.570.529,47	5.920.188,28			
Manutenção e Conservação	-	1.196.581,97			
Mercadorias	1.479.890,45	677.944,86			
Financeiras	76.921,17	1.145.520,64			
Despesas Bens Permanentes	2.004.228,46	904.736,30			
Tributos	4.001,42	21.914,12			
Isenção Usufruída	10.005.398,26	8.625.510,30			
Trabalhos Voluntários (nota 6)	1.918,09	2.154,93			
(=) Superávit do Exercício com Restrições (Nota 7)	-				

►...continuação) atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2020, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Municipais no valor de R\$ 228.498.687,76 (Duzentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos).

Receitas Efetivas 2020

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Contratos	R\$
Contrato Gestão 265/2017	226.268.633,99
Total	226.268.633,99

Receitas Efetivas 2020

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Convênio	R\$
Convênio 08/2020	2.230.053,77
Total	2.230.053,77

3.3.2. Valores A Receber – Curto Prazo: Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 265/2017 e Convênio 08/2020, proveniente da Prefeitura de São José dos Campos, esses valores serão recebidos conforme contrato até 31 de Dezembro de 2020 estava em R\$ 112.221.956,40 (Cento e doze milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta centavos). **3.3.3. Valores em Negociação Contrato / Convênio:** Por conta da adoção na Norma NBC – ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, os valores a receber e a realizar provenientes dos contratos de gestão ou convênios são registrados em contas de ativo e passivos correspondentes. Os resultados provenientes da aplicação desses recursos são totalmente revertidos em despesas, e consequentemente, tais despesas decorrente dos serviços de saúde podem exceder o orçamento inicial, de modo que o desequilíbrio econômico da unidade gerenciada seja reconhecido em conta de ativo para melhor evidência contábil. A instituição avalia anualmente a expectativa de recuperação de tais valores, considerando a necessidade de repactuar o plano de trabalho da unidade gerenciada, de modo a considerar possíveis baixas ou amortizações decorrentes do resultado deficitário desses projetos. Em 31 de dezembro de 2020 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ (13.299.028,66) (Treze milhões, duzentos e noventa e nove mil, vinte e oito reais e sessenta e seis centavos), na conta 2.3.2.1.002 – Ajustes de Exercícios Anteriores, por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo a unidade pública gerenciada reconhecer em seu balanço o respectivo ajuste relativo a valores mantidos em exercícios anteriores e provenientes de contratos/convênios públicos encerrados até 31.12.2012, que resultaram em resultado operacional deficitário no período de 2008 a 2012. **3.4. Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1. Antecipações de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Artigo 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Artigo 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.2. Depósito Judicial:** Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes. **3.4.3. Adiantamentos:** Representam valores a pagos de benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão compor a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação e refeição. **3.5. Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros,

Demonstrativo da Movimentação de Bens Móveis em 2020.

Descrição	Posição em 31/12/2019	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2020
Imobilizado - Bens Móveis	20.922.994,25	-	-	24.074.150,12
Aparelhos equipamentos utensílios médico odontológico laboratorial	12.164.223,14	1.780.831,86	-	13.945.055,00
Equipamentos proteção/segurança/socorro	81.657,11	-	-	81.657,11
Equipamentos processamento de dados	1.556.185,56	470.877,33	-	2.027.062,89
Mobiliário em geral	3.634.403,97	318.727,39	-	3.953.131,36
Máquinas utensílios e equipamentos diversos	2.033.724,91	510.742,45	-	2.544.467,36
Veículos de tração mecânica	536.575,43	6.040,00	-	542.615,43
Aparelhos de medição	276.562,17	-	-	276.562,17
Aparelhos e equipamentos comunicação	183.075,88	40.888,55	-	223.964,43
Aparelhos e utensílios domésticos	249.227,84	23.048,29	-	272.276,13
Máquinas e equipamentos de natureza industrial	109.279,48	-	-	109.279,48
Máquinas e utensílios de escritório	18.011,76	-	-	18.011,76
Software	80.067,00	-	-	80.067,00

3.8.1. Ajuste Tempo Vida Útil Econômica – Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da movimentação dos Ajustes Vida útil Econômica Bens móveis em 2020

Descrição	Posição em 31/12/2019	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2020	Taxas anuais médias de Ajustes
Ajuste vida útil econômica de Bens Móveis	(15.032.265,38)	-	(16.292.748,59)		
Bens Móveis	(8.555.257,37)	-	(725.665,92)	(9.280.923,29)	10
Aparelhos equipamentos utensílios Médico Odontológico Laboratorial	(71.688,45)	-	(3.577,94)	(75.266,39)	20
Equipamentos proteção/segurança/socorro	(1.476.930,33)	-	(73.759,91)	(1.550.690,24)	10
Equipamentos processamento de dados	(2.474.735,92)	-	(234.154,47)	(2.708.890,39)	10
Mobiliário em geral	(1.235.443,32)	-	(176.653,29)	(1.412.096,61)	10
Máquinas utensílios e equipamentos diversos	(536.575,43)	-	-	(536.575,43)	20
Veículos de tração mecânica	(276.562,17)	-	-	(276.562,17)	10
Aparelhos de medição	(92.634,08)	-	(19.285,84)	(111.919,92)	10
Aparelhos e equipamentos comunicação	(197.484,29)	-	(10.792,00)	(208.276,29)	10
Aparelhos e utensílios domésticos	(69.651,18)	-	(8.587,20)	(78.238,38)	10
Máquinas e equipamentos de natureza industrial	(18.011,31)	-	-	(18.011,31)	10
Máquinas e utensílios de escritório	(27.291,53)	-	(8.006,64)	(35.298,17)	5
Software					

3.9. Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 (noventa) dias. **3.10. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza.

3.11. Salários a Pagar: De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais. **3.13. Provisão de Férias e Encargos:** Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento. **3.15. Obrigações Tributárias:** Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. **3.16. Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. **3.17. Acordo Trabalhista a Pagar:** Os valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2020 referente processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente.

3.18. Convênios/Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a NBC TG 07 R2 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2020 representa R\$ 123.209.656,70 (Cento e vinte e três milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos) no Curto Prazo. **3.19.**

e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R\$ 5.001.224,22 (Cinco milhões, um mil, duzentos e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos). A provisão para valorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

Posição dos Estoques	Valores em Reais em:	
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Materiais utilizados no setor de Nutrição	R\$ 139.932,86	R\$ 121.065,67
Materiais utilizados no setor de Farmácia	R\$ 2.144.324,25	R\$ 740.586,77
Materiais de Almoarifado	R\$ 2.671.910,66	R\$ 635.554,76
Materiais de Terceiros	R\$ 45.056,45	R\$ 28.746,69
Total	R\$ 5.001.224,22	R\$ 1.525.953,89

3.7. Estimativas de Rescisão Contratual: A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral dor parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio indenizado	-	R\$ 8.168.301,24
Multa 50% FGTS/PIS	-	R\$ 15.422.432,61
Total	-	R\$ 23.590.733,85

Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude (da Cláusula nº 03, item 2.01 (D3) do 4º Termo Aditivo Contrato de Gestão nº 265/17 prever que os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento).

Estimativas Rescisão Contratual – UBS Tatetuba	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio indenizado	R\$ 114.013,03	-
Multa 50% FGTS/PIS	R\$ 40.864,42	-
TOTAL	R\$ 154.877,45	-

Estimativas Rescisão Contratual – COVID	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio indenizado	R\$ 765.719,81	-
Multa 50% FGTS/PIS	R\$ 276.862,40	-
TOTAL	R\$ 1.042.582,21	-

Com relação aos Convênio 08/2020 (UBS Tatetuba) e COVID-19, é realizado trimestralmente o provisionamento das despesas para possível rescisão coletiva de trabalho e dispensa de pessoal, em caso de rescisão unilateral do contrato por parte do contratante. A instituição entendeu a necessidade da manutenção dessa provisão devido a finalidade dos convênios e a ausência de cláusula contratual que cubra tal risco. Essa provisão leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho, se devidos fossem em 31.12.2020 para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa), considerando que o Aviso Prévio será trabalhado e não indenizado, conforme Plano de Trabalho estabelecido. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM – Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

reais e sessenta e um centavos). Sendo que algumas ações de direito administrativo, que não resultam em desembolso financeiro, dentre elas estão as seguintes ações:

Processo	Partes	Valor
TC-000160/007/18	Tribunal de contas do Estado de São Paulo	R\$ 157.384.886,98
TC-000878/007/11	Tribunal de contas do Estado de São Paulo	R\$ 104.900.000,00
TC-000728/007/10	Tribunal de contas do Estado de São Paulo	R\$ 75.639.057,93
TC-00461/007/14	Tribunal de contas do Estado de São Paulo	R\$ 112.693.707,22
0006530-15.2006.4.03.6103	Ministério Público Federal	R\$ 82.000,00
14.0719.0001139/2019-8	Ministério Público do Estado de São Paulo	R\$ 68.225.727,07
14.0719.0000294-2019-8	Ministério Público do Estado de São Paulo	R\$ 66.243.860,00
		R\$ 585.169.209,20

Ainda, no exercício de suas atividades em 2020, a SPDM – Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como “possível”, o montante chegou a R\$ 10.920.924,86 (Dez milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos). **Nota 3.22 – Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece a norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”. Em 31 de dezembro de 2020 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de 13.299.028,66 (Treze milhões, duzentos e noventa e nove mil, vinte e oito reais e sessenta e seis centavos). **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais de Acordo com NBC TG 07 (R2) Item 12:** As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. As receitas operacionais da Entidade são constituídas pelo regime de competência e de acordo com as normas da NBC TG 07 R2, onde os valores reconhecidos das receitas são confrontados com as despesas correspondentes. As Receitas constantes na publicação do Balanço, estão de acordo com as Resoluções do CFC, “Receita Prestação de Serviços com Restrição”, cujo valor é de R\$ 213.296.412,17 (Duzentos e treze milhões, duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e doze reais e dezesseis centavos). **4.1.1. Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada “Convênios/Contratos Públicos à Realizar”, em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2020 tais valores representam o montante de R\$ 134.178,54 (Cento e trinta e quatro mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos). **4.1.2. Desconto Recebido:** Os descontos recebidos referem-se a acordo com fornecedores e prestadores para liquidação do passivo a pagar dessas empresas, em 2020 totalizou R\$ 49.477,58 (Quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). **4.1.3. Ajuste Exercícios Anteriores:** Foram ajustados valores referente despesas anuladas de exercícios anteriores, esses valores conforme preconizado no Ofício nº 459/GC-SS/2018, item C da Prefeitura de São Jose dos Campos-SP e Parecer Jurídico SG/RJA nº 14/2018 da Procuradoria Municipal de São Jose dos Campos referente a despesa com estrutura administrativo SPDM no período de Abril/2018 a Fevereiro/2020 que ora foi estornado para cumprimento do Parecer Jurídico da Prefeitura de São Jose dos Campos. **4.1.4. Doações:** No exercício de 2020 em razão da Covid-19 a Entidade recebeu doações em espécie em sua conta corrente, esses valores foram frutos de uma negociação entre a Prefeitura de São Jose dos Campos e Empresas Privadas da cidade, o total doado em espécie foi de R\$ 5.000.265,06 (Cinco milhões, duzentos e sessenta e cinco reais e seis centavos), houve também doações em Mercadorias que somam R\$ 1.413.500,53 (Um milhão, quatrocentos e treze mil, quinhentos reais e cinquenta e três centavos). **5. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **5.1. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 36.268.814,37 (Trinta e seis milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quatorze reais e trinta e sete reais). **5.1.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 26.480.797,70 (Vinte e seis milhões, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta centavos). **5.1.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2020 atingiu um montante de R\$ 2.435.895,10 (Dois milhões, Quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais e dez centavos). **5.1.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 6.398.892,37 (Seis milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos). **5.1.4. Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Acordo Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, A SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R\$ 953.229,20 (Novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos). **6. Trabalho Voluntário:** Em

►...continuação 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG R1) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento a uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.918,09 (Hum Mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos). Enquanto os outros trabalhos voluntários em 2020 totalizaram R\$ 39.552,12 (Trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e doze centavos). **7. Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 232.565.084,34 (Duzentos e trinta e dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 8.977.567,18 (Oito milhões, novecentos e setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 222.139.800,81 (Duzentos e vinte e dois milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos reais e oitenta e um centavos); encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 19.402.850,71 (Dezenove Milhões Quatrocentos e dois Mil, Oitocentos e cinquenta reais e setenta e um centavos). **8. Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2020, a unidade apresentou os seguintes dados de produção:

Produção – 2020 Contrato 265/2017		
Linha de Atendimento	SUS	Particular
Internações	21.630	
Saída Hospitalar	21.831	
Nº de paciente dia	N/A	
Nº de Cirurgias	9.653	
nº de Partos	5.330	
Diárias de UTI - Total	16.787	
Internação/Atendimento Domiciliar	3.981	
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	-	
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	292.036	
Atendimento Ambulatorial - Total	-	Continua ...

Relatório dos Auditores Independente: Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

...	SUS	Particular
Consulta médica	80.592	
Atendimento não médico	9.666	
HD/Cirurgia ambulatorial	-	
SADT - Total	1.032.238	

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020						
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Linha de Contratação						
Internações						
Internações Clínicas	-	4.343	-	4.556	-	8.899
Internações Cirúrgicas	2.850	3.419	2.850	4.144	5.700	7.563
Internações Obstétricas	-	2.875	-	2.494	-	5.369
Internação PHD	-	2.021	-	1.960	-	3.981
Atendimento Ambulatorial						
Consulta Médica em Atenção Especializada	7.956	36.848	7.956	43.744	15.912	80.592
SADT - Total	16.332	456.044	16.332	576.139	32.664	1.032.238
Atendimento a Urgência e Emergência	-	201.824	-	90.212	-	292.036
Diária de UTI – Total	-	-	-	-	-	-
Diária UTI Adulto	-	5.905	-	5.949	-	11.854
Diária UTI Pediátrica	-	851	-	715	-	1.625
Diária UTI Neonatal	-	1.744	-	1.531	-	3.284
Outras UTI	-	77	-	15	-	92

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020						
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Linha de Contratação						
Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)						
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	-	10.702	-	10.928	-	21.630
Atendimento de Urgência Total (Ps)	-	201.824	-	90.212	-	292.036
Atendimento Ambulatorial/Procedimentos Específicos Total (D/A)						
Consulta Médica em Atenção Especializada	7.956	36.848	7.956	43.744	15.912	80.592
Atendimentos não Médicos	-	5.617	-	4.049	-	9.666
Consultas não Médicos	-	-	-	-	-	-
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas Especializadas	-	-	-	-	-	-
SADT (Ext+Int) - Total (d/a)						
Exames Complementares	-	-	-	-	-	-
Vagas externas disponibilizadas de Exames Complementares	16.332	456.044	16.332	576.139	32.664	1.032.238

Relatório de Execução do Contrato de Gestão – 2020 UBS Tatetuba						
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Linha de Contratação						
Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)						
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	-	-	-	-	-	-
Atendimento de Urgência Total (PS)	-	31	-	2	-	33
Atendimento Ambulatorial/Procedimentos Específicos Total (D/A)						
Consulta Médica em Atenção Especializada	3.262	6.004	9.786	10.543	13.048	16.547
Atendimentos não Médicos	-	2.246	-	2.888	-	5.134
Consultas não Médicos	-	-	-	-	-	-
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas Especializadas	-	-	-	-	-	-
SADT (Ext+Int) - Total (d/a)						
Exames Complementares	-	-	-	-	-	-
Vagas externas disponibilizadas de Exames Complementares	-	-	-	-	-	-

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020 UBS Tatetuba		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato/Convênio	R\$ 224.667.268,59	R\$ 1.601.365,40
Receitas Financeiras e Outras Receitas	R\$ 206.578,39	-
Total das Receitas	R\$ 224.873.846,98	R\$ 1.601.365,40
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal e Outras Despesas	R\$ 114.348.231,14	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	R\$ 108.376.852,28	R\$ 2.719.624,88
Total das Despesas	R\$ 222.725.083,42	R\$ 2.719.624,88

de detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM
Dr. Carlos Alberto Maganha - Diretor Técnico
Jose Roberto da Mota - Contador - CRC - 1SP 252.369/O-7

MZ Group S.A.												
CNPJ nº 11.382.666/0001-78												
Demonstrações Financeiras												
Balanços patrimoniais da controladora e consolidado encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais)												
Ativo	Controladora				Consolidado				Passivo e patrimônio líquido	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019				
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	35.704	68.005	8.319.229	4.008.353					11.519	14.329	1.958.130	1.316.487
Títulos e valores mobiliários	-	-	5.281.751	3.275.949					-	-	778.985	48.560
Contas a receber	25.499	48.423	6.359.853	7.087.263					3.064	1.660	1.451.228	1.861.808
Impostos a recuperar	92.443	89.437	729.552	1.331.613					2.700.000	-	-	79.511
Despesas antecipadas	478	478	478	478					6.221	6.221	1.431.505	53.014
Outras contas a receber	17.892	593.460	633.156	442.970					-	-	866.964	780.934
Total do ativo circulante	172.015	799.803	21.324.020	16.146.626					459.770	452.514	-	-
									-	-	2.227.680	2.753.666
									-	-	51.429	834.077
									-	-	479.096	1.498.142
Total do passivo circulante									3.180.574	474.724	9.452.252	9.523.600
Não circulante												
Partes relacionadas	2.763.212	2.763.212	3.071.853	2.056.114								
Depósitos judiciais	-	-	316.624	244.391								
Outras contas a receber - LP	4.101	1.410.280	1.495.310	1.177.107					673.065	2.745.459	1.712.405	3.551.599
Investimentos	19.963.448	12.393.164	-	-					-	-	222.425	201.973
Imobilizado líquido	-	-	763.285	1.215.882					-	-	958.191	2.996.284
Intangível líquido	8.104	8.104	13.824.900	12.968.963					4.101	4.101	1.494.857	1.177.108
Direito de Uso - IFRS 16	-	-	1.497.813	4.494.425					677.166	2.749.560	4.387.877	7.926.964
Total do ativo não circulante	22.738.865	16.574.760	20.969.785	22.156.882								
Total do ativo	22.910.880	17.374.562	42.293.805	38.303.509								
ADiretoria												
Rafael Estrela da Silva												
Contador - CRC nº 1SP268703/O-8												
As Demonstrações Contábeis na íntegra e o Relatório do Auditor Independente auditado pela RSM Acal Auditores Independentes S.S. encontram-se à disposição na sede da Empresa												
Total do passivo e patrimônio líquido												
22.910.880 17.374.562 42.293.805 38.303.509												